PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 361/2015-PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, atendendo às disposições contidas na Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010 e aos ditames da Resolução nº 028/2011-CSMP e do Edital nº 001/2014/MP-MT, **RESOLVE: NOMEAR** para exercer o cargo de **PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO** deste Ministério Público, os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos, conforme as especificações abaixo:

CL.	INSC.	NOME	D. NASC.	IDENTIDADE
1	1268-8	RENATA CAROLINY RIBEIRO E SILVA	23/01/1986	4359898 - DGPC/GO
2	1260-2	REGIANE SOARES DE AGUIAR	07/07/1982	3449021 - SSP/GO
3	0604-1	GLADYSON SADAQ ISHIOKA	23/03/1986	1075605 - SSP/MS
4	1383-8	SEBASTIÃO DOMINGUES VARGAS NETO	14/08/1983	4123458 - DGPC/GO
5	0971-7	LUDMILLA EVELIN DE FARIA SANT ANA CARDOSO	13/03/1988	3716286 - SPTC/GO
6	0492-8	FELIPE AUGUSTO RIBEIRO DE OLIVEIRA	04/11/1987	13815830 - SSP/MT
7	0243-7	CARINA SFREDO DALMOLIN	12/11/1986	13326643 - SSP/MT
8	1044-8	MARCOS GOMES DA FONSECA NETO	11/06/1984	850286 - SSP/MS
9	1205-0	PAULO JOSÉ DO AMARAL JAROSISKI	27/10/1986	16785304 - SSP/MT
10*	0006-0	BRUNO PINTO E SILVA	02/01/1988	169896 - OAB/RJ
11	1442-7	TESSALINE LUCIANA HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS	26/11/1981	1184271 - SSP/MS
12	0027-2	ADALBERTO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR	12/09/1980	266393172 - SSP/SP
13	1068-5	MARIANA BATIZOCO SILVA	23/11/1987	404457034 - SSP/SP
14	0938-5	LUANE RODRIGUES BOMFIM	31/08/1985	0950888737 - SSP/BA
15	1236-0	RAFAEL DEPRA PANICHELLA	09/07/1982	79522406 - SSP/PR
16	1070-7	MARIANA COELHO BRITO	10/11/1984	4036853 - DGPC/GO
17	0982-2	LUIZ EDUARDO MARTINS JACOB FILHO	18/03/1987	12434060 - SSP/MT
18	1103-7	MATHEUS PAVÃO DE OLIVEIRA	26/03/1986	117762435 - DETRAN/RJ
19	0737-4	JOAO BIFFE JUNIOR	24/06/1982	304223852 - SSP/SP
20	1240-8	RAFAEL MARINELLO	17/06/1982	3099049227 - SJS/RS
21	1016-2	MARCELO MANTOVANNI BEATO	10/12/1988	37777708-0 - SSP/SP

*Vaga reservada à pessoa com deficiência.

Cuiabá, 22 de julho de 2015.

PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO

Procurador-Geral de Justiça

ATO ADMINISTRATIVO n. 466/2015-PGJ

Regulamenta a jornada de trabalho dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 2º, inc. IX e XI da Lei Complementar nº. 416, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público de Mato Grosso,

RESOLVE:

DA JORNADA DIÁRIA

Art. 1º - O horário de funcionamento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso é das 08h às 19h.

Parágrafo único. Para o atendimento ao público externo e protocolo, o horário de expediente do Ministério Público se encerra às 18h.

Art. 2º - O intervalo de almoço dos servidores desta instituição com jornada semanal de 40 (quarenta) horas poderá ocorrer entre 11h e 14h, não podendo este ser inferior a 01 (uma) hora ou superior a 02 (duas) horas.

Art. 3º - Os servidores que cumprem jornada semanal de 40 (quarenta) horas devem obrigatoriamente efetuar os quatro registros diários no relógio ponto, conforme sua jornada anotada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

§1º - A jornada de trabalho ordinária de 40 (quarenta) horas semanais deverá ser cumprida durante o horário de funcionamento da instituição (das 8h às 19h), desde que o início não seja após às 9h e o término não seja anterior às 17h30.

§2º - A realização de apenas dois registros no dia (início e final do expediente) implicará no desconto de horas, da jornada diária, do tempo total de almoço conforme a jornada registrada na folha funcional do servidor.

Art. 4º - Os servidores que cumprem jornada de trabalho de 30 (trinta) horas e 35 (trinta e cinco) horas semanais deverão efetuar dois registros diários no relógio ponto, conforme sua jornada anotada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

§1º - As jornadas de trabalho de 30 (trinta) horas e 35 (trinta e cinco) horas semanais deverão ser cumpridas dentro do horário de funcionamento da Instituição (art. 1º).

§2º - O servidor efetivo ou comissionado que exerça função de assessoria poderá optar, desde que devidamente autorizado pelo chefe imediato, por jornada de trabalho de 30 (trinta) ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo que o subsídio será proporcional à opção do servidor.

§3º - A jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais poderá ser cumprida das 8h às 14h ou das 12h às 18h, sendo a primeira opção restrita aqueles que exerçam tarefa de assessoria na área jurídica;

§4º - A jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais será das 12h às 19h.

Art. 5º - As alterações de jornada devem ser formalizadas perante a administração com antecedência mínima de 20 (vinte) dias antes da data de início da nova jornada contendo no pedido a anuência da chefia imediata.

§1º - Após alterada a jornada a pedido do servidor este deverá permanecer no mínimo seis meses na nova jornada para, só então, pleitear outra alteração.

§2º - Os pedidos de alteração de jornada deferidos após a data do fechamento da folha de pagamento somente poderão gerar efeitos financeiros na próxima folha de pagamento.

Art. 6º - Haverá uma tolerância diária de 15 (quinze) minutos relativos a atrasos ou antecipações da jornada, considerando-se saldo negativo na folha ponto os registros efetuados fora desse limite e não compensados.

DAS HORAS EXTRAS

Art. 7º - Será possível a realização de horas extras apenas pelos servidores efetivos e somente nos setores administrativos da Instituição, observados os requisitos e condições elencados neste Ato Administrativo.

Art. 8º - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, e somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias.

§1º - O limite máximo de horas extras é de 40 (quarenta) horas mensais, respeitado o máximo de 2 (duas) horas extras por dia.

§2º - O servidor que cumprir serviço em horário extraordinário poderá optar entre a remuneração dessas horas nos termos do *caput* ou a sua conversão em banco de horas, hipótese em que as horas trabalhadas serão contadas em dobro.

Art. 9º - A hora extra somente será devida quando houver convocação da chefia imediata para execução da jornada extraordinária, devidamente autorizada pelo Secretário Geral de Administração.

§1º - O pedido deverá mencionar a situação excepcional que o justifica, com o detalhamento técnico necessário, bem como o período (início e fim) em que ocorrerá a jornada extraordinária.

§2º - Considera-se excepcional a situação que constitui uma anomalia na rotina das atribuições do servidor ou departamento solicitante e que não